

A Categoria Trabalho na Sociedade Capitalista

The Category Work in the Capitalist Society

Catia SEGABINAZZI¹

RESUMO

A partir da década de 70 entramos em um mal estar na civilização, a reestruturação produtiva. O capitalismo, ao invés de ser produtor de riquezas, vai ser seu destruidor, para poder construir outras riquezas. O desenvolvimento volta-se para o consumo e não mais para a produção. Haverá o predomínio generalizado de uma visão racional da vida, isto é, de uma visão racional estritamente econômica, instrumental. Este artigo tem como objetivo contribuir para a reflexão acerca da categoria trabalho e das transformações ocorridas no mundo do trabalho na sociedade capitalista, em virtude das novas configurações do capital, o qual vem criando novas formas de sobrevivência, tal como a chamada reestruturação produtiva. Inicia-se com uma reflexão em torno da categoria trabalho e suas formas de alienação na sociedade capitalista e, no segundo momento, pretende-se fazer uma discussão acerca das novas configurações do trabalho na contemporaneidade.

Palavras-chave: trabalho, sociedade capitalista, reestruturação produtiva, contemporaneidade.

¹ Assistente Social, Socióloga, Especialista em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela UFRGS, Mestre em Serviço Social pela PUCRS. E-mail: css@trf4.gov.br.

ABSTRACT

We entered into a moral indisposition in society from the seventies on: productive restructuring. Capitalism will be its destruction agent to build up other wealthies instead of being a wealth production agent. Development turns out to consumption not to production anymore. There is the general power of life reasonable vision strictly economics and instrumental. This article aims at contributing for the consideration about working category and changes occurred in capitalist society work world, in view of the new ways of survival, such as the so-called productive restructuring. It has begun by reflecting around the work category and its ways of alienation in capitalist society, and, in a second moment, one intends to make a discussion about work new configurations in contemporaneity.

Keywords: *work, capitalist society, productive restructuring, contemporaneity.*

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O MUNDO DO TRABALHO

A produtividade e a eficiência organizacionais como meta essencial à sobrevivência das empresas têm originado conseqüências nefastas ao bem-estar dos trabalhadores. A organização mostra-se, muitas vezes, como um local propício ao sofrimento, à violência física e psicológica, ao tédio e, mesmo, ao desespero, não apenas nos escalões inferiores, mas também nos níveis intermediários e superiores. Os trabalhadores são vistos como meros recursos, cujo rendimento deve ser satisfatório, do mesmo modo que os equipamentos, as ferramentas e a matéria-prima (MAZZILLI, 1995).

A racionalização subjacente aos processos de reestruturação e modernização empresarial implica a redução e a flexibilização do emprego, como também a grande heterogeneidade das situações de trabalho e o aumento da força de trabalho flexível e periférica. Segundo Kovács (2002), a falta de perspectivas e de confiança no futuro, o aumento do sentimento de insegurança, a inquietação e a angústia são características que marcam, cada vez mais, o ambiente social contemporâneo. E, paradoxalmente, nesse ambiente, multiplicam-se os

apelos cada vez mais exigentes que visam ao dinamismo pessoal e à responsabilização individual.

Conforme refere Paul Singer (1999), o mundo do trabalho, nas economias capitalistas democráticas, estruturou-se como um sistema de relações em que prevalece o trabalho assalariado formal, a relação de emprego padrão, onde está assegurado ao trabalhador, juntamente com o emprego, uma rede de seguros conquistados pelo movimento operário durante décadas. A crise no mundo do trabalho é exatamente a destruição dessa estruturação e, sobretudo, da relação padrão de emprego, o que tem sido chamado de processo de precarização do trabalho.

Enriquez (1999) faz uma distinção entre o capitalismo de até a década de 70 do século XX e aquele que se vive até hoje. No primeiro período citado, o trabalhador chegou (na metade do século passado por exemplo) a se tornar uma figura central. Desenvolveram-se os direitos sociais, o pleno emprego, o movimento das “relações humanas”, que leva em conta o fator humano e as motivações dos trabalhadores. O capitalismo humanizava-se progressivamente, o que levou, segundo o autor, alguns pensadores a dizerem que a luta de classes estaria desaparecendo. Desde 1970, entretanto, a tendência inverteu-se, e o mal-estar da civilização tornou-se visível.

O economista austríaco Joseph Schumpeter caracterizou o capitalismo como um movimento de destruição criadora. Este movimento vai se intensificar, isto é, o capitalismo, ao invés de ser produtor de riqueza, vai se tornar, cada vez mais rapidamente, seu destruidor, para poder construir outras riquezas. A ordem é: vamos construir para destruir e vamos destruir para construir. [...] De maneira bem clara, o capitalismo está a ponto de fazer ruir ou de implodir as antigas sociedades industriais nas quais vivemos, as sociedades fundadas ao mesmo tempo sobre a produção de mercadorias sobre o dinamismo dos empreendedores e sobre a resistência operária, isto é, a luta de classes da qual vou falar oportunamente. Então, o que vai aparecer, concretamente, é o predomínio generalizado de uma visão racional da vida, isto é, de uma visão racional estritamente econômica, instrumental. Dito de outra maneira: vivemos numa visão da lógica técnica e, por isso, tudo o que seria a

lógica prática, que permite estabelecer laços entre os seres humanos, tudo o que está ligado às lógicas emancipatórias, permitindo reduzir o sofrimento dos que mais padecem, isto está sendo progressivamente abandonado (ENRIQUEZ, 1999, p. 73-74). *

Nesse contexto, refere Dedecca (2000), o trabalhador que consegue manter o posto está permanentemente com o revólver do desemprego na cabeça. As empresas, diante da ameaça constante do desemprego, têm um poder imenso de pressão sobre os trabalhadores. Estes forçam os sindicatos a firmarem acordos no âmbito das empresas, rompendo com o padrão de organização setorial e nacional que prevalecia anteriormente. Nesses acordos, as empresas pressionam para que sejam flexibilizadas as funções do trabalho pela polivalência, a jornada de trabalho pelo banco de horas e a remuneração pela participação nos lucros. O significado disso é a ampliação da utilização privada das relações de trabalho em detrimento da esfera pública, dos sindicatos e da política pública do Estado.

Por trás dessa lógica técnica, argumenta Enriquez (1999), está acontecendo um fenômeno em todos os países do mundo, qual seja, cada vez mais se fala de emprego e não de trabalho. Isso remete à noção de tarefa a ser feita com um salário fixo. "Vemos, então, que a noção do trabalho libertador está se partindo em pedaços" (ENRIQUEZ, 1999, p. 75).

Dedecca (2000) refere que, no caso brasileiro, nos anos 80, ocorreu uma situação de impasse. Ao mesmo tempo em que se avançava na questão política, havia pouco avanço na regulação formal das relações de trabalho. As reformas estruturais no mundo do trabalho estavam escritas na Constituição de 1988, que amarrava questões novas a questões antigas, não resolvidas. E, mais do que isso, um ano depois de promulgada a Constituição, ocorreu a primeira eleição presidencial do País após o período militar. Foi uma eleição que definiu o rumo do enquadramento do Brasil às tendências internacionais, a uma economia mais aberta, mais financeirizada e que não priorizava o emprego e as questões sociais. Ainda nessa linha, Singer (1999) destaca que o início da crise no mundo do trabalho, no Brasil se deu praticamente a partir da abertura do mercado interno, promovida pelo Governo Collor, em 1990,

quando características de mudanças que existiam no cenário internacional chegaram ao Brasil num sistema de relações de trabalho profundamente flexibilizado.

A implantação do modelo neoliberal no País, no início dos anos 90, gerou profundas mudanças na sua estrutura produtiva. As grandes empresas adotaram, em função da alta competitividade, novas estratégias produtivas. Estas se caracterizavam pela introdução de estratégias sistêmicas, inovações articuladas entre si, esforços integrados, racionalização da produção, novos investimentos produtivos, novas linhas de montagem, novas plantas industriais e novos métodos de gerenciamento e organização (células de trabalho). Todas essas inovações/mudanças geraram reflexos no processo de trabalho dentro da empresa, criando um novo perfil operário, além da flexibilidade no trabalho. Em decorrência da enorme onda de aquisições e fusões, de centralização e concentração do capital, houve um declínio persistente dos postos de trabalho. Além disso, o novo complexo de reestruturação produtiva, com suas determinações estruturais e com a integração do País à mundialização do capital pela abertura da economia, atinge a subjetividade da classe, gerando crise nas estratégias sindicais e contribuindo para uma grande crise do sindicalismo no Brasil, que passou para o predomínio de um defensivismo neocorporativo. A partir daí, houve um avanço do desemprego e da precarização do trabalho (ALVES, 2000).

Nos primeiros anos da década de 90, pelas condições adversas da economia brasileira, as indústrias adotaram estratégias de racionalização de custos, que implicaram redução da jornada de trabalho, de salários ou simplesmente demissões. O novo ciclo que se seguiu com o Governo de FHC foi um período de crescimento do capitalismo no Brasil, impulsionado pelo Plano Real, com estabilização da moeda, abertura comercial e reforma do Estado, porém muito sensível às oscilações da economia capitalista mundial (ALVES, 2000). A grande novidade era o toyotismo. Enquanto o fordismo primava pela separação rígida entre concepção e execução, as práticas toyotistas entendem a essencialidade de integração entre essas duas instâncias - o pensar e o agir. Assim, tão prioritário quanto a criação de um equipamento é também o envolvimento adequado da força de trabalho com o processo de acumulação de capital em si. O toyotismo tem como pressuposto o modelo japonês de gerenciamento de produção, objetivando o aumento de lucros com a diminuição de custos.

Vê-se todo o processo produtivo incrementando tecnologicamente os setores, buscando diminuir o valor dos salários e usando os mais diversos expedientes para alcançar a precarização do trabalho, que recebe o nome de “flexibilização”.

Referindo-se a esse momento hegemônico do capitalismo financeiro e a seus reflexos no trabalho, Souza (2000) descreve o processo atual, salientando alguns pontos:

1º) o capitalismo hoje está num paradigma tecnológico dominado pela mecatrônica [...] o que permite uma liberação significativa da mão-de-obra de processo produtivo. Isto quer dizer: cada vez mais o trabalho vivo está sendo substituído pelo trabalho morto [...];

2º) está havendo uma diminuição crescente dos postos de trabalho na produção e um deslocamento notório da força de trabalho para o setor serviços. Só que a introdução de tecnologias nesta área provocam uma oferta decrescente de emprego;

3º) a tentativa constante de diminuir a folha de pagamento de setor público, seja por privatizações de empresas estatais, seja por privatizações das receitas públicas, tem como tendência a eliminação da máxima: “na crise, o Estado é empregador” (SOUZA, 2000, p. 241).

Há uma concentração de esforços para desqualificar o trabalho, incluindo a desqualificação do trabalho artístico, criativo, na lógica de ir contra valores não capitalistas, como as categorias “revolução”, “história”, “conceito”, “trabalho”, “cultura”, etc. O resultado é uma sociedade que valoriza os bens, as mercadorias e que, ao mesmo tempo, desqualifica o trabalho, dispensa a mão-de-obra e transforma o futuro não em presente, mas em agora, em instante (SOUZA, 2000).

A exigência é qualidade e produtividade, para tanto, novas formas e novos métodos de produção foram criados, bem como novas tecnologias. Mais uma vez, as repercussões no trabalho foram grandes: novos tipos de controle do trabalho, capazes de instaurar uma nova hegemonia do capital na produção; a busca do consentimento operário; a captura da subjetividade operária; a participação operária direta em decisões operativas do processo de produção; a recomposição da divisão do trabalho.

O trabalhador passou a ser instigado a se autocontrolar, auto-recriminar e autopunir pelo fracasso do trabalho, para que a produção atinja a meta desejada ou para que atinja a chamada *qualidade total*, a qual é descrita por Antunes (2002, p. 113) como “[...] falácia mistificadora do capital, típica da fase da superfluidade, do caráter involucral e descartável das mercadorias, com suas marcas e signos, que faz com que, quanto mais ‘qualidade total’ os produtos tenham, *menor seja o seu tempo de vida útil*”.

O mundo do trabalho encontra-se acometido de mutações profundas, que fecham as perspectivas e abrem vias incertas, em consequência dos processos de tecnologização e de globalização do mundo da produção industrial, havendo a *flexibilização das relações da produção* e uma maior exigência pela *participação do empregado no processo produtivo*. No fordismo, exigiam-se empregados especializados, cumpridores de normas e procedimentos; hoje, há uma demanda por sujeitos pensantes, com escolaridade e criativos para enfrentar o inesperado, já que, cada vez mais, não pode controlar todas as variáveis do resultado do processo de produção. Essa *destruição criadora* é própria do atual desenvolvimento do capital e tem como consequência a sua revigoração constante. Não se pode esquecer que são intrínsecos ao modelo o desemprego e o sucateamento da mão-de-obra (RICO, 1998).

O crescimento da automação, o *downsizing* das empresas, as megafusões a custos bilionários, a redução do Estado a Estado mínimo, acarretando o enxugamento no setor de serviços públicos, conduziram a um desemprego em massa e a reconfigurações importantes na estrutura do emprego. Esse contexto neoliberal que ressuscita o liberalismo econômico faz do Estado um Estado diminuto, enxuto para enfrentar os dilemas da questão social posta.

Os setores de ponta da economia são submetidos à reestruturação produtiva, convivem com padrões diferenciados de produção e provocam radicais alterações no consumo da força de trabalho e nas formas de sua gestão, como adequação à *especialização* ou *acumulação flexível*. O mundo internacionalizado pelo capital concentra poder e globaliza miséria, redimensionando a produção da questão social e radicalizando-a. O crescimento do desemprego e do subemprego torna-se fenômeno mundial. É nesse contexto que o mercado aparece como o eixo regulador da vida social, tornando estrutural a privatização das empresas e dos serviços (NETTO, 2000).

Tais turbulências criam um clima de insegurança, com a explosão dos empregos de estatuto precário, o desenvolvimento dos subempregos e a desestabilização dos empregos estáveis, a insegurança, a angústia, a aflição, a degradação da saúde, que acompanha a desilusão e o sentimento de impotência, bem como a exclusão social resultante.

Há quem qualifique tal situação de sul-africanização da sociedade, da qual os principais sinais são: desigualdades crescentes, com rendas estagnadas e em regressão; erosão da classe média; número elevado de crianças que crescem na pobreza; aumento do trabalho infantil, mesmo nos países industrializados (como a Inglaterra); patologias sociais, sobretudo na categoria de desempregados de longa duração; aumento formidável da criminalidade, notadamente do crime organizado, com prisões superpopulosas; marginalização e exclusão de grandes camadas da população, por meio da formação de guetos; insegurança no emprego; enfraquecimento dos sindicatos; numerosos desabrigados, que compõem a população de todas as grandes cidades; a violência velada que se instala no tecido social (KAUFMANN, 2002, p. 43).

Era de se prever que as mudanças no mundo do trabalho conduzissem a alterações na concepção da relação entre trabalho e emprego, assim como entre emprego e salário. Nesse sentido, no que concerne à organização no processo de produção e à organização do trabalho, os trabalhadores não são, via de regra, consultados. A natureza do trabalho é imposta do exterior, não se atendo à autonomia dos seus executores.

Ainda nessa lógica, estabelece-se uma ética de serviço, onde as relações humanas não encontram espaço e não há chance para a formação da consciência política.

Tal ética é isolada dos verdadeiros desafios do mundo do trabalho, bem como é isolada da vida privada e pública dos indivíduos, isolada da própria cultura técnica. Trata-se de uma ética que exige a submissão não-crítica aos imperativos técnicos. Não se pode pensar que tal universo de trabalho possa nutrir ética de emancipação (KAUFMANN, 2002, p. 41).

A CATEGORIA TRABALHO

Depois de Fourier, é em Marx, seu herdeiro como de Hegel e Adam Smith, que se encontra a análise detalhada do significado concreto do trabalho na sociedade capitalista. Para ele, o homem é o que ele faz, sua essência encontra-se no trabalho. Além da crítica ao trabalho alienado na sociedade capitalista, Marx busca em Hegel a base antropológica para mostrar que o trabalho faz a mediação entre o homem e a natureza, é a expressão da vida humana. Através dele, o homem transforma a si mesmo, pois, atuando sobre o mundo exterior e modificando-o, o homem modifica a sua própria natureza.

Para Marx, o trabalho humano é distinto do mero labor animal. O homem, antes de realizar o trabalho, já o constrói na sua mente, o antecipa. Entretanto isso que diferencia o trabalho humano do animal, o projeto e a visão antecipada do produto, não está sendo possível na produção industrial, mecanizada e em série.

Por outro lado, Marx discorda de Fourier, pois, para ele, o trabalho pertence ao reino da necessidade. A liberdade deve ser conquistada fora do trabalho, nas horas restantes, no tempo livre, no lazer, no descanso.

O processo de trabalho [...] é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independentemente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1996, p. 303).

Essa luta tem acompanhado a sociedade do século XX. Ainda hoje, pode-se defrontar com a ideologia do trabalho e seus adeptos na sociedade burguesa. No século XIX, tratava-se de incentivar os indivíduos ao máximo esforço, que devia resultar em máxima riqueza e máximo lucro. Talvez, hoje, essa seqüência esteja mudada. Não se trata mais de máximo esforço. Atualmente, acostumou-se a usar das facilidades da automação e deve-se acomodar a ética às sofisticções da técnica. Hoje, trata-se de buscar a máxima eficiência com o menor esforço, mas conserva-se a finalidade da expansão da riqueza e do máximo lucro no capitalismo (ALBORNOZ, 2002).

Vê-se o desencanto com o trabalho padronizado e em série e, ao mesmo tempo, o desejo de um trabalho compatível com o talento e o gosto pessoal. Ainda segundo Albornoz:

Para a maioria dos empregados, o trabalho tem um certo caráter desagradável. Se, entre os operários e empregados assalariados, há muito pouco da motivação religiosa de que falava Max Weber, certamente o entusiasmo dos humanistas da Renascença também não se encontra entre os funcionários das companhias de seguros, os carregadores, as balconistas das cidades contemporâneas. Se o vendedor de sapatos ou o executivo de uma indústria têxtil quase não pensam no significado religioso do trabalho, também poucas telefonistas, recepcionistas ou mesmo professoras experimentam a tranqüilidade interior de que falam os humanistas. A alegria com o trabalho criador é cada vez mais restrita a uma pequena minoria. Para as massas dos empregados de escritórios e para os operários, o trabalho não é um meio de servir a Deus, nem a qualquer coisa de divino que possam sentir em si mesmo. Neles não há nenhuma vontade obstinada de trabalhar, e sua rotina cotidiana traz poucas satisfações positivas (ALBORNOZ, 2002, p. 73).

Em *A Ideologia da Sociedade Industrial*, Herbert Marcuse, filósofo alemão radicado nos EUA, diz que o trabalho não seria apenas alienado no mundo de hoje, mas alienante. A servidão ao trabalho sem sentido serve para castrar os indivíduos como seres políticos e pensantes, manter as massas ocupadas e obedientes, abafar os protestos e, assim, manter a inércia de um sistema que se auto-reproduz quase insensivelmente.

O capitalismo monopolista da segunda metade do século XX invadiu o Terceiro Mundo. O colonialismo cedeu lugar ao imperialismo econômico. Houve uma separação entre os lugares de trabalho e de moradia. Mas essa não é a única separação que caracteriza o trabalho atual. Na linha de montagem, separaram-se as partes do processo de produção de um objeto, de projeto. Diz-se que o trabalho é alienado do trabalhador, porque o produtor não detém, não possui e nem domina os meios de produção. Por outro lado, produtor e produto estão separados, e ainda, como uma terceira alienação, há um corte entre produtor e consumidor. Essa alienação objetiva do homem do produto e do processo

de seu trabalho é uma consequência da organização legal do capitalismo moderno e dessa divisão social do trabalho.

Tendo a produção capitalista como diferença fundamental a compra e a venda da força de trabalho, fazem-se necessárias três condições básicas:

- a) os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros;
- b) os trabalhadores estão livres de constringências legais, tais como servidão ou escravidão, que os impeçam de dispor de sua força de trabalho;
- c) o propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador, que está, assim, atuando como um capitalista.

O processo de trabalho começa, portanto, com um contrato ou acordo, que estabelece as condições da venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador (BRAVERMAN, 1981).

Na análise que fez da organização capitalista do trabalho, Marx (1996) examinou detalhadamente a sua divisão na manufatura e na fábrica e a sua importância na dinâmica capitalista. Para o autor, a divisão do trabalho dentro da manufatura está condicionada pelo avanço da divisão do trabalho na sociedade, pressupondo seu aumento e sua densidade. Originalmente, cada comunidade teria provido sua subsistência utilizando os recursos naturais disponíveis no seu entorno. Na medida em que comunidades antes isoladas e independentes entre si passaram a estabelecer relações de troca, as distintas órbitas de trabalho foram relacionadas, constituindo, cada uma delas, um ramo da produção global da sociedade, intensificando o âmbito da divisão espacial do trabalho.

Segundo Marx (1996), a base de todo regime de divisão do trabalho um pouco desenvolvido e condicionado pelo intercâmbio de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo, o que pressupõe a criação de um excedente capaz de manter parte da sociedade desvinculada da produção de meios de subsistência (a cidade), possibilitando também a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, ou seja, apartando as atividades de produção dos meios de subsistência e de troca das atividades relativas à superestrutura ideológica, de legitimação

dos mecanismos de dominação e exploração. Nesse processo, está a origem da propriedade e da diferenciação da sociedade em classes, que assumem formas históricas distintas, na medida em que a divisão do trabalho se desenvolve.

O advento da sociedade capitalista intensificou a divisão social do trabalho. A produção de mercadorias realizada em empresas gradativamente passou a ocupar o espaço da produção doméstica de valores de uso, e surgiram novos ramos produtivos, continuamente especializados e diversificados.

A divisão técnica do trabalho, iniciada na fase da manufatura capitalista, aprofundou, na produção, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, também referido como trabalho de execução e trabalho de concepção, passando a ser atribuição do empresário ou de seus agentes a concepção do produto e a organização do processo de trabalho, cabendo aos produtores diretos efetuarem os procedimentos de trabalho, tais como prescritos pelos seus programadores. Essa dimensão da divisão do trabalho comporta também a fragmentação do conjunto de operações e processos necessários para a produção de um produto em operações parciais, especializadas e simplificadas, cada uma delas executada por um trabalhador. Este tende, pela repetição, ao desenvolvimento máximo da habilidade parcial requerida para aquela execução. Ao parcelamento - simplificação e especialização das tarefas na manufatura - corresponde uma multiplicação e uma especialização dos instrumentos de trabalho, fator decisivo na concepção e na fabricação das máquinas (MARX, 1996).

Para Marx, a divisão técnica do trabalho incrementa a produtividade (anteriormente louvada por Adam Smith) a favor do capital e fragmenta o trabalhador, impedindo o desenvolvimento integral de suas potencialidades, bem como intensifica o ritmo de trabalho, rebaixa o valor da força de trabalho e reduz a capacidade de os trabalhadores negociarem a seu favor as condições de troca e o uso de suas habilidades de trabalho.

Para uma corrente que faz a crítica da divisão capitalista do trabalho, onde se inclui Harry Braverman (1981), a intensificação desse processo tem levado a uma crescente degradação do trabalho e a um maior controle e uma exploração do capital sobre o trabalho.

Braverman (1981) faz uma distinção entre a divisão do trabalho na sociedade e a divisão do trabalho na oficina. Segundo ele, enquanto a

primeira divide a sociedade entre ocupações e é característica de todas as sociedades conhecidas, a segunda é produto peculiar da sociedade capitalista e torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção.

Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a sociedade, a divisão parcelada do trabalho subdivide o homem, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade (BRAVERMAN, 1981, p. 72).

Isso explica a singularidade da pessoa do artesão, que compõe seu trabalho ao longo de todo o processo. Ao conceber, fabricar e vender o seu produto, este tem a marca de sua personalidade, e, por estar à margem da vida econômica formal, o artesão tem o privilégio do resguardo da sensibilidade na sua relação com o mundo. Já um operário de linha de montagem participa de modo impessoal de uma fração do processo de produção. Seu trabalho é desprovido de significação pessoal e até de concretude. Ele não se reconhece no produto final.

Isso é tanto mais certo tendo em vista que os aspectos técnicos dos processos de trabalho são agora dominados pelos aspectos sociais que o capitalista introduziu: isto é, as novas relações de produção. Tendo sido obrigados a vender sua força de trabalho a outro, os trabalhadores também entregam seu interesse no trabalho, que foi agora "alienado" (BRAVERMAN, 1981, p. 59)

Tem-se que, se o trabalho humano é garantia de sobrevivência - e até serviu para transformar o macaco em homem, como quer Engels (1982) - e, por conta dessa sobrevivência, a personalidade se anula, e o homem é coisificado como força de trabalho ou custo de produção, a economia capitalista, modificando o humano, modifica também a história da vida social.

Por meio do processo de reificação, as diferenças individuais atenuam-se a ponto de se reconhecerem perfis como o do metalúrgico, da empregada doméstica, do bancário, etc., quando, então, as próprias relações sociais e o psiquismo dos indivíduos são também reificados.

O que vai estabelecer a diversidade das personalidades é o *status* econômico do indivíduo, fato este que alcança até o Direito, quando estabelece uma igualdade abstrata, já que, numa sociedade capitalista, os homens não são iguais. “Todos são iguais perante a Lei” é um belo princípio, mas carece de veracidade prática, pois pressupõe que todos têm os mesmos direitos.

No capitalismo, o mundo é reificado, e, como conseqüência, o “homem-no-mundo” (DUMONT, 1985) torna-se coisa, como modo de inserção. Como tentativa desesperada de não perder sua humanidade, divide-se, esquizofreniza-se entre as instâncias da vida social e privada. Sua unidade sofre a ruptura entre sujeito e objeto, matéria e espírito, e toma essa dicotomia como natural à vida humana. Desse modo, as coisas agem, e o tempo humano desaparece, transformando a “pessoa” em simples espectador.

O trabalho visto em alusão a uma transformação que se opera nos homens desde a fonte até a representação do objeto abrange bem mais do que o conceito dado no âmbito da economia.

Além de referir-se às transformações materiais provocadas pela atividade deliberada dos homens com a finalidade de adaptar a natureza às suas necessidades, ele passa, por extensão, a aludir às transformações que, em todas as ordens, caracterizam os fenômenos que dependem de uma certa intencionalidade humana (JERUSALINSKY, 2000, p. 223).

Contemporaneamente, uma nova noção ampliada de classe trabalhadora oferece uma oportunidade de se perceberem os sentidos de novos movimentos e forças, ações e embates que acontecem no mundo globalizado.

Apesar de todas essas transformações decorrentes da reestruturação produtiva imposta pelo modelo neoliberal, o trabalho não perdeu a sua centralidade, seu sentido estruturante e autotransformador que lhe conferiu Marx. A classe trabalhadora continua encontrando seu núcleo central no conjunto dos trabalhadores produtivos. Entretanto, nessa visão ampliada e contemporânea, a classe-que-vive-do-trabalho engloba também os trabalhadores improdutivos, ou seja, aquelas formas de trabalho não diretamente produtivas, geradoras de mais - valia - e aqui se situam os servidores públicos. Estes vivenciam premissas e se

erigem sobre os mesmos fundamentos materiais. Esse trabalho imaterial interage com o mundo produtivo e encontra-se aprisionado pelo sistema de metabolismo social do capital (ANTUNES, 2002).

Com relação à discussão sobre o fim da centralidade do trabalho, Holanda (2002) relata a polêmica surgida no final da década de 70, nas Ciências Sociais, quando alguns autores defenderam que, na sociedade contemporânea, o trabalho deixou de ser a categoria que funda a sociabilidade. Tal discussão generalizou-se nas décadas subseqüentes, mas ganhou, no Serviço Social, uma entonação diferente, pois houve muita resistência a essa tese no interior da profissão.

O trabalho é a categoria fundante, práxis social que se dirige aos nexos causais próprios do desenvolvimento do ser natural. Não há qualquer identidade possível entre o trabalho e outras práxis sociais; a função social de transformar a natureza nos bens materiais necessários à reprodução humana é exclusiva do trabalho. Este é portador de caráter universal independente do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em que se encontre determinada sociedade (HOLANDA, 2002, p. 20).

O que se constata é que o saber intelectual se torna uma mercadoria de muito valor para o capital. A classe trabalhadora incorpora também o conjunto dos trabalhadores improdutivos, cujas formas de trabalho são executadas através da realização de serviços, seja para o *uso* público, como os serviços públicos tradicionais, seja para *uso* privado, para *uso* do capitalista, não se constituindo, portanto, como elemento *direto* no processo de valorização do capital e de criação de mais-valia. Os trabalhadores improdutivos vivenciam situações *objetivas* e *subjetivas* que têm semelhanças com aquelas do trabalho produtivo, sendo necessários para a sobrevivência do sistema capitalista (ANTUNES, 2002).

O que vai acontecer de mais significativo no processo de produção toyotista e flexível não é a conversão da ciência como principal força produtiva, mas a interação constante entre trabalho e ciência, trabalho material e imaterial, fundamentais no mundo produtivo contemporâneo. O trabalho imaterial, de maior dimensão intelectual, e sua ampliação são características importantes da noção ampliada de trabalho. Ele se

situa nas atividades industriais mais informatizadas, nos setor serviços ou nas comunicações, dentre outros. É o trabalho imaterial que ativa e organiza a relação produção-consumo. Ele dá forma e materializa as necessidades, o imaginário, os gostos, transformando e criando o ambiente ideológico e cultural do consumidor. Isso demonstra o quanto a produção capitalista tem invadido toda a vida, e o trabalho passa a assumir uma forma ativa de subjetividade, colocando-a à serviço do capital. O trabalhador deve transcender a esfera da execução, pensando diuturnamente no que é melhor para a empresa (ANTUNES, 2001).

A força de trabalho intelectual é absorvida como mercadoria pelo capital, que a incorpora para dar novas qualidades ao trabalho morto, como flexibilidade, rapidez de deslocamento e autotransformação constante. Para Antunes (2001), é ilusório pensar que esse trabalho intelectual seja dotado de sentido e autodeterminação; ele é, antes, um trabalho intelectual/abstrato. Para o autor, a reflexão em torno do trabalho vivo e da sua centralidade, hoje, deve recuperar a discussão sobre o trabalho imaterial e sua tendência no mundo produtivo contemporâneo e sua articulação e interação com o trabalho material, entre os quais não pode haver disjunção.

Vale lembrar que as mudanças organizacionais e tecnológicas - as novas formas de gestão - também vêm afetando o setor serviços que, cada vez mais, se submete à racionalidade e à lógica do capital e do mundo produtivo. Como exemplo, vê-se a intensa diminuição do trabalho bancário ou a enorme onda de privatizações dos serviços públicos ampliando o desemprego estrutural.

No mundo do trabalho, enquanto isso, há um processo de clivagem em todas as esferas: entre os trabalhadores estáveis e os precários, entre homens e mulheres, entre jovens e idosos, entre nacionais e imigrantes, entre brancos e negros, entre qualificados e desqualificados, entre "incluídos" e excluídos, e tantos outros exemplos (ANTUNES, 2001).

Nesse contexto, constata-se o crescimento do terceiro setor, absorvendo essa mão-de-obra sobrando da crise estrutural do capital e da sua lógica destrutiva. Esses sujeitos, entretanto, não se vêem como desempregados, excluídos, mas como realizadores de atividades efetivas, dotadas de sentido social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar é um ato imprescindível para o ser humano, pois se refere à própria sobrevivência e ao seu condicionamento social (DEJOURS, 1994). É através do trabalho que o indivíduo pode criar a cultura, a linguagem, a história e a si mesmo. Marx se expressa de maneira totalmente direta quando diz que o trabalho é a propriedade fundamental do homem, que este é, em certa medida, criado pelo trabalho e não mais criado por Deus. Pois é justamente o trabalho, isto é, a possibilidade de mudar as coisas, de transformar o mundo e de fazer objetos, que vai diferenciar, fundamentalmente, o animal do homem. É claro que Marx não se refere ao tipo de trabalho alienado, presente na sociedade que está se desenvolvendo a sua época. Ele sonha com uma sociedade onde cada um pudesse trabalhar de maneira verdadeiramente livre e com um certo modelo de associação com os outros.

Dentro destes dois extremos, da busca do existencial e do sentido do trabalho e a realidade de um trabalho remunerado sem sentido, remete-se à questão da centralidade do trabalho, tema que passa a ser debatido no início dos anos 90. E os trabalhadores, mesmo que freqüentemente alienados e explorados, vão justamente reivindicar o trabalho como um elemento constitutivo e fundamental da sua personalidade (ENRIQUEZ, 1999). Então, a questão era: com o desaparecimento do trabalho, que é um elemento identificatório, como ficaria o humano? Concluiu-se que o trabalho mantinha a centralidade. Então, talvez o fenômeno mais doloroso desta civilização é que o trabalho mantém a centralidade, mas se tornou um bem extremamente escasso. De um lado tem-se o valor central da sociedade, mas, ou ele desaparece, ou existem aqueles que ainda o têm, mas despossuídos dos elementos de gratificação, dos elementos identificatórios, porque em se identificando com alguma coisa desqualificada, o sujeito também se desqualifica. Então, como ele poderá se resignificar? Esse é um dos grandes desafios dos teóricos que se debruçam sobre o tema, assim como dos próprios trabalhadores que estão inseridos nesse processo.

No contexto da fragmentação da subjetividade causada pelas organizações, questiona-se a possibilidade de se falar em solidariedade, auto gestão, fraternidade, colaboração, altruísmo e participação. Numa primeira análise, pensa-se o contrário, que sob a égide da reestruturação produtiva, orientada pelo pensamento neoliberal, é mais provável que

fiquem vigorando as práticas que visam à exclusão, à discriminação e a um maior isolamento das pessoas.

Entretanto, para que faça sentido a luta de todos aqueles que acreditam na possibilidade de transformar de alguma forma a realidade social tal como se apresenta, há que se acreditar que é possível construir-se um novo tipo de sociedade, em que o trabalho seja configurado de maneira distinta, de forma a se constituir em uma atividade cheia de sentido, autodeterminada, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas.

Podem-se pensar em outras formas de organização do trabalho, nas quais os indivíduos não estejam simplesmente em um trabalho repetitivo, mas eles possam ter uma certa autonomia e uma certa possibilidade de decisão. Pode-se pensar, igualmente, no desenvolvimento de atividades de ensino, educação, de lazer. E, sob esse ponto de vista, a velha citação de Marx não é tão falsa, quando ele dizia que, talvez, um dia existissem pessoas trabalhariam três horas por dia e depois iriam pescar, ler um bom livro, fazer música, etc. É preciso que os seres humanos possam encontrar a dimensão que se tende a esquecer, que é a histórica, o seu peso na história. É preciso poder também reencontrar o sentido político, o significado dos seus atos, além do prazer de viver juntos; conjugar autonomia individual com autonomia coletiva, que será voltada ao bem comum e ao interesse geral.

O trabalho é um momento efetivo de colocação de finalidades humanas, dotado de intrínseca dimensão teleológica. Como tal, mostra-se como uma experiência elementar da vida cotidiana, nas respostas que oferece aos carecimentos e às necessidades sociais. Nesse sentido, devido à sua importância na vida do sujeito, ele não perde a centralidade.

O postulado de que o trabalho não tem função integradora e identitária e a ênfase dada às atividades alternativas a ele desviam a atenção da importância da sua transformação. Está suficientemente demonstrado que o trabalho pode ser organizado com propósitos sociais e psicológicos, tornando-se uma atividade com interesse e sentido intrínseco, permitindo autonomia, uso e desenvolvimento de conhecimento e habilidades, participação na realização de objetivos coletivos, oportunidades para uma variedade de relações interpessoais e para a obtenção de reconhecimento.

Mesmo o trabalho organizado com propósitos estritamente econômicos permite satisfazer necessidades psicológicas e sociais importantes, ainda mais um trabalho organizado com outros objetivos. O desespero daqueles que ficam sem o seu emprego mostra claramente que o trabalho assalariado é muito mais dó que uma atividade meramente instrumental. Esses trabalhadores perdem mais do que o seu salário, perdem a sua dignidade, um espaço importante de afirmação pessoal e ficam privados de um conjunto de relações sociais.

É relativamente consensual que o trabalho remunerado ou o emprego, na sociedade industrial, é uma atividade central que estrutura a vida dos indivíduos e a vida social em geral. Para muitos, na economia do pleno emprego, o trabalho não é apenas um meio de produção de riqueza, mas também um meio de integração social. O trabalho e o emprego continuam a ter um papel importante na vida das pessoas e na vida social em geral. As previsões relativas à sociedade de lazer baseadas no desenvolvimento tecnológico (automação, microeletrônica) não se realizaram. Não se está diante do fim da sociedade do trabalho, nem sequer diante da extinção do papel do valor do trabalho. Ele pode ser trabalho fluido, disperso, invisível, intensificado, desregulamentado, mas, afinal de contas, é trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovani. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000. Cap. VIII.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho..** São Paulo: Brasilense, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2001.

ANTUNES, Ricardo. O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 69, São Paulo, Cortez, 2002, pp. 107-120.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. São Paulo, Global, 1982.

ENRIQUEZ, Eugène. Perda do trabalho, perda da identidade. In: NABUCO, Maria Regina; CARVALHO NETO, Antônio. (orgs.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: IRT PUC/Minas, 1999. P. 69-83.

DECECCA, Cláudio. As mudanças no sistema de relações de trabalho. In: **Le Monde Diplomatique**: globalização e mundo do trabalho. N.1. setembro de 2000.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DUMONT, L. **O Individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna, Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

HOLANDA, Maria Norma Alcântara Brandão de. O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre trabalho e serviço social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 69, São Paulo, Cortez, 2002, pp. 5-29.

JERUSALINSKY, Alfredo. Introdução. In: JERUSALINSKY, et al. **O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo/APPOA** (Associação Psicanalítica de Porto Alegre). Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000, p 223.

KAUFMANN, Josef Nicolas. Turbulências no mundo do trabalho: quais são as perspectivas? In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 69, São Paulo, Cortez, 2002, pp. 30-52.

MARX, Karl. **O Capital**. Tomos I e II, tradução de Regis Barbosa e Flávia R. Kothe. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

NETTO, José Paulo. Reforma do estado e impactos no ensino superior. In: *Temporalis*, **Reforma do ensino superior e serviço social**. São Paulo: 2000, ano 1, nº 1, p.11-97.

RICO, Elizabeth de Melo. O empresariado, a filantropia e a questão social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 58, São Paulo, Cortez, 1998, pp. 24-40.

SINGER, Paul. A Crise das relações de trabalho. In: NABUCO, Maria Regina; CARVALHO NETO, Antônio. (orgs.). **Relações de Trabalho Contemporâneas**. Belo Horizonte: IRT da PUC de MG. 1999. p. 31-45.

SOUZA, Enéas Costa de. O discurso capitalista. In: JERUSALINSKY, et al. **O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo/ APPOA** (Associação Psicanalítica de Porto Alegre). Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000, pp. 241-244.